



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Ambiental**

**AGUAR, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: CULTIVANDO RESISTÊNCIA E FORTALECENDO O MODO DE VIDA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO SERTÃO CEARENSE QUE ESTÃO NA ROTA DE RISCO DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO**

**IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA<sup>1</sup>**

**SARAH SUIANE CARNEIRO SILVA<sup>2</sup>**

**LORRANA CLARA CASTRO SILVA<sup>3</sup>**

**RESUMO**

Este relato de experiência descreve as contribuições de um projeto de extensão para a formação acadêmica das bolsistas do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Foi utilizado o método descritivo de relato de experiência e pesquisa bibliográfica, realizado em conjunto com o Movimento Indígena Potigatapuia na construção do protocolo de consulta livre, prévia e informada.

**Palavras-Chave:** Terra Indígena; Mineração; Convenção 169; Serviço Social.

**RESUMEN**

Este relato de experiencia describe los aportes del proyecto de extensión en la formación académica de los becarios de la carrera de Servicio Social de la Universidad Estadual de Ceará. Se usó el método descriptivo de relato de experiencia e investigación bibliográfica, realizado junto al Movimiento Indígena Potigatapuia en la construcción del protocolo de consulta libre, previa e informada.

**Palabras-Chave:** Territorio Indígena; Minería; Convención 169; Serviço Social.

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Ceará

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Ceará

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Ceará

## INTRODUÇÃO

A extensão constitui junto com o ensino e a pesquisa, a educação pública superior que defendemos. É uma ferramenta de ensino e aprendizagem de uso das Universidades como forma de ressaltar o compromisso com a sua função social. Calipo (2009, p.4) diz que “[...] os projetos de extensão universitária facilitam uma aprendizagem de saberes recíprocos e devem agregar integrantes da universidade e da comunidade popular, sob uma linha horizontal do conhecimento [...]”.

Com esse relato de experiência buscamos apresentar os primeiros resultados da articulação dialética entre teoria e prática. Tivemos a possibilidade de juntar o que foi aprendido em sala de aula com as experiências vivenciadas na Terra Indígena Serra das Matas, junto ao movimento indígena Potigatapuia, na construção do seu protocolo de consentimento e consulta livre, prévia e informada.

Evidenciamos que nossas intenções no projeto de extensão ultrapassam a mera produção do conhecimento e sistematização acadêmica. Através do projeto de extensão buscamos fortalecer também instrumentos práticos e efetivos a esses povos indígenas para a defesa e garantia de seus direitos.

As motivações que nos levaram a sistematizar esse relato advém da necessidade de divulgar as ameaças e violações dos direitos dos povos indígenas no sertão central cearense. Alinhado a isso, buscamos refletir como o serviço social, nesse contexto, pode contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais indígenas.

O projeto de extensão *AGUAR: cultivando resistências e fortalecendo o modo de vida de povos e comunidades tradicionais do sertão cearense que estão na rota de risco de mineração de urânio e fosfato*, nasce da necessidade de fortalecer a luta antinuclear no Ceará. Essa se refere à ameaça do Consórcio Santa Quitéria, formado pela Fosfatados do Norte-Nordeste S.A (FOSNOR), empresa privada detentora da marca Galvani, e pela empresa pública Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Esse empreendimento mineiro-industrial anuncia graves riscos para a vida dos territórios da região.

Diversas comunidades tradicionais e povos indígenas estão na rota de impacto da mineração de urânio e fosfato, assim como os animais, as matas, as águas e o ar, de acordo com



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

um conjunto de documentos produzidos por pesquisadores de universidades públicas do Ceará<sup>4</sup>. A partir dos diálogos da Articulação Antinuclear do Ceará com o Movimento Indígena Potigatapuia, foi possível colaborar com a construção do protocolo de consulta que envolve as etnias Tabajara, Potiguara, Tubiba Tapuia e Gavião. Essa iniciativa buscou estreitar laços e juntar forças para garantir o direito à consulta, conforme preconiza a Convenção 169 da OIT, bem como fortalecer a luta e a resistência desses povos indígenas da defesa pela demarcação de sua terra.

De acordo com o Relatório da Missão Santa Quitéria elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos existem indícios de impactos direto em Santa Quitéria, Monsenhor Tabosa, Itatira, Boa Viagem, Madalena, Sobral, Canindé, Tamboril e Catunda, também há evidências de impactos nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Além desses municípios, o projeto também apresenta riscos para todo o estado do Ceará, em razão da dispersão da radiação nuclear pelos ventos, cursos dos rios e no transporte desse material radioativo, conforme o Relatório da Missão (CNDH, 2022).

Esse relato de experiência se baseia nas oficinas e rodas de conversas, as quais participamos, para a construção do protocolo de consentimento e consulta, ocorridas entre 23/03/2024 a 22/06/2024, onde acompanhamos o processo final dessa construção acompanhada pela Articulação Antinuclear do Ceará (AAE) desde março de 2023.<sup>5</sup>

## Metodologia e Discussão

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e relato de experiência que utiliza dos princípios da educação popular, como a valorização do saber popular e da experiência de vida de cada

---

<sup>4</sup> O painel acadêmico sobre os riscos da mineração, documento construído por diversas universidades e pesquisadores, entendeu que a análise interdisciplinar do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato (Processo nº 02001.014391/2020-17) revela omissões e insuficiências críticas no diagnóstico ambiental das áreas de influência do empreendimento, na avaliação dos impactos ambientais e na definição das medidas mitigadoras e do programa de monitoramento. Ademais, destaca-se a ausência de consulta livre, prévia e informada a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Essas falhas violam o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), a Resolução Conama nº 01/1986, e a Convenção nº 169 da OIT, entre outros. Este parecer técnico explora essas omissões, abordando a violação do direito à consulta, e apresenta recomendações ao Ibama e às autoridades competentes para garantir que o processo de licenciamento ambiental respeite os direitos territoriais e ambientais estabelecidos. (PAINEL ACADÊMICO, 2022).

<sup>5</sup>Ocorreram dois encontros antes das oficinas iniciarem com o objetivo de organizar e planejar os encontros. As primeiras oficinas tiveram foco na explanação da convenção 169 da OIT e os processos do Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada. A partir da 5ª Oficina acompanhamos os processos finais dessa construção.

participante. Essa prática pedagógica não impõe conhecimento de cima para baixo, mas reconhece que todos têm algo a ensinar e aprender. Durante as oficinas, essa valorização foi expressa ao fortalecer as vozes de todos (as) os (as) participantes, criando um espaço onde as ideias e perspectivas de cada um eram respeitadas e integradas ao processo coletivo.

O relato foi construído de forma descritiva e traz a perspectiva de bolsistas estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, a partir das vivências e partilhas feitas durante a construção do protocolo de consulta, além disso traz relato das visitas à Terra Indígena Serra das Matas, onde o movimento Potigatapuia nos acolheu em suas aldeias, casas e lugares sagrados e nos convida para viver momentos com sua espiritualidade. Esse relato também tem como objetivo denunciar a ameaça que a mineração representa para essas comunidades indígenas e visibilizar a riqueza dos saberes, da cultura, étnica e da espiritualidade desses povos indígenas.

Defender a vida e os territórios indígenas é lutar contra o racismo ambiental e contra o esse modelo de desenvolvimento capitalista que deixa rastros de destruição e contribui para a intensificação das mudanças climáticas. Entender que a natureza não deve ser explorada para lucratividade do capital é fundamental pois é um bem comum de todos e o que assegura nossa vida. Esse é o único caminho para mitigar os impactos ocasionados por eventos climáticos extremos. A luta contra esse modelo de produção, que insiste em mercantilizar todas as formas de vida, é o único caminho para evitar a extinção humana.

### **O Consórcio Santa Quitéria (CSQ)**

Para entender o perigo desse empreendimento, consideramos relevante considerar o significado da mineração de urânio, tomando como exemplo o caso desse tipo de mineração em Caetité, na Bahia, projeto operado também pela INB. A partir da matéria publicada pelo Brasil de Fato (2021). Foram extraídas 3750 toneladas de urânio entre 2000 e 2015. Nesse período foram oferecidos empregos cujos vínculos eram em sua maioria terceirizados e com remuneração insuficiente. Fazemos esse destaque porque uma das principais propagandas feitas pelas empresas e pelo próprio governo do Ceará, é de que esse empreendimento vai gerar emprego e movimentar a economia do estado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Mas, qual o real valor desses empregos? De acordo com uma pesquisa feita pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com a organização da sociedade civil francesa, a Comissão de Pesquisa e Informação Independentes sobre Radioatividade (CRIIRAD), em Caetité, a mineração deixou um rastro de mortes e contaminações, das pessoas, da terra, dos animais, teve diversas denúncias por falta de transparência de vazamentos e acidentes, como consequência a quantidade de pessoas com câncer nessa região disparou:

Se aponta que as mulheres em Caetité morrem anualmente por câncer de pulmão 6,27 vezes mais do que no resto da Bahia. Já as mortes de homens com menos de 50 anos por câncer gastrointestinal tiveram um aumento 19 vezes maior do que nas outras partes do estado. (2019).

O projeto Santa Quitéria pretende um desmatamento de 360 hectares para uma produção anual de 2.300 toneladas por ano de concentrado de urânio que será transportado para usinas nucleares em Angra dos Reis/RJ. O transporte será feito da área mineiro-industrial até o Porto do Pecém. Esse trajeto que cruza o Ceará e deixa claro os perigos que essa radiação traz para todo o Estado. O Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) apresentado pelo CSQ em novembro de 2021, não expressa a garantia da segurança tanto do projeto como do trajeto. Além disso, o projeto prevê um consumo médio de água de 855,2 m<sup>3</sup>/h, o que corresponde a 7.491.552,00 m<sup>3</sup>/ano (aproximadamente 7,5 milhões de m<sup>3</sup>/ano) (Rima atualizado - maio de 2024).

A região onde está localizada a mina Itataia, é predominante do bioma caatinga e clima semiárido, o que caracteriza uma região de poucas chuvas e suscetível ao agravamento de secas causadas pelas mudanças climáticas. Portanto, como garantir água para o CSQ, quando nunca foi garantido para a população? Nessa região as diversas comunidades, mas particularmente as indígenas da Serra das Matas, sobrevivem com uma média de 3 a 6 carros pipa por mês. Além da injustiça hídrica, há riscos de contaminação dos cursos de água que formam as bacias hidrográficas da região como é abordado por Ribeiro (2016):

Serão retirados 65,6 milhões de toneladas de minério com consumo anual entre 400.000 e 500.000 kg de explosivos. Essa atividade vai gerar uma grande quantidade de poeira radioativa que será dispersa pelo ambiente e poderá se depositar sobre solos, rios, reservatórios de água e sobre as comunidades que existem no local. (p.94).

Além disso, o projeto prevê a construção de uma pilha de estéril a proposta é acumular os rejeitos advindos da mineração, que não possui valor econômico, e que continuará com suas propriedades radioativas, de acordo com Ribeiro (2016):

Ao final dos vinte anos essa pilha chegará a 90 metros de altura, com topo em plataforma de 550 m, volume total de 29.533.272 m<sup>3</sup> e uma quantidade de 53.159.891 toneladas de rejeitos (EIA, 2014, V. I, p. 326). Este, chama-se estéril por não possuir valor econômico considerável, no entanto, ainda apresentará atividade radioativa. [...] Apesar disso, o Diagnóstico Radiológico Ambiental produzido pelo Consórcio para fins de análise do IBAMA no processo de licenciamento ambiental desconsidera a emissão de radiação dessa pilha. Essa pilha estará ainda disposta sobre cursos de água, influenciando na dinâmica de rios e oferecendo ainda o risco de infiltração de elementos nocivos. (p.94).

Entendendo os perigos que esse empreendimento traz para toda a população, é preciso ressaltar que a jazida Itataia, situada entre os municípios de Santa Quitéria e Itatira, dista de 3km a 6km de assentamentos da reforma agrária e, em linha reta, encontra-se a 20km e 25km de distância das aldeias Quixaba e Lagoa dos Vinutos, da Terra Indígena Serra das Matas<sup>6</sup>. Essa, por sua vez estar há pelo menos uma década em processo de demarcação e, por não ser ainda uma terra demarcada, não há a participação efetiva da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), no processo de licenciamento. Na nossa compreensão há um grande equívoco, por independente de ser demarcada, é Terra Indígena e observamos que esses povos possuem uma relação de intimidade com terra, vivem dela e dentro dela, entendendo que a mata é o que os (as) conecta com a sua espiritualidade. A terra é a mãe que alimenta e deve respeitada, assim como toda a vida na floresta, dos insetos aos grandes animais.

### **As Oficinas e Vivências**

Como consta na Convenção 169 da OIT, essa legislação trata da consulta aos povos originários, em qualquer movimentação legislativa, administrativa ou de projetos que possa afetá-los diretamente, sendo estas públicas ou privadas. Além de afirmar a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais próprias desses povos. Conforme o Artigo 6:

---

<sup>6</sup> De acordo com o painel acadêmico sobre os riscos da mineração de urânio e fosfato (2022): “conclui-se que, para o ordenamento jurídico nacional, para haver a existência de terra indígena, é suficiente o mero domínio, habitação ou ocupação tradicional por tais comunidades. Então, a região do empreendimento, logicamente, deve abarcar as terras de povos que ainda não completaram o rito previsto no Decreto nº 1.775/96.[...] No caso analisado, a equivocada redução do conceito de terra indígena resultou em duas consequências preocupantes: i) a não participação da Funai no licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria e ii) a indução de que não haveria a existência de povos indígenas possivelmente afetados (levando, por consequência, à recusa de realização do direito de consulta livre, prévia e informada)”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

- a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
- b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes. (Convenção N° 169 da OIT, 2009).

Nesse sentido, a Articulação Antinuclear do Ceará (AAACE), a partir da vinculação com comunidades camponesas, movimentos sociais, pesquisadores/as e entidades da sociedade civil, se aproxima das discussões acerca do licenciamento ambiental do projeto de mineração em Santa Quitéria. As pesquisas realizadas denunciam os riscos que todos os processos de instalação e funcionamento acarretaria a região. A luta pela garantia do direito à consulta livre, prévia e informada se apresentou como uma das estratégias centrais de luta em defesa dos territórios dos povos e das comunidades tradicionais. Com isso o movimento indígena Potigatapuia decidiu pela construção do seu protocolo de consulta. O processo contou com o apoio da Articulação Antinuclear e teve como princípio a educação popular, a interação com os saberes e cosmovisão indígenas, através de encontros/oficinas temáticas a serem realizadas com cinco grupos, que foram separados por aproximação geográfica entre as aldeias.

As oficinas seguiram referenciais da cosmovisão indígena, a partir do seu cotidiano e formas de realizarem encontros que sempre começam com um momento de espiritualidade. Além disso, também teve inspiração político-pedagógico da Pedagogia Crítica de Paulo Freire, esse diálogo envolve o afeto, a amorosidade, mas, sobretudo, o tensionamento e a problematização da realidade para a tomada de consciência pelos sujeitos FREIRE (2005). As oficinas foram construídas com ferramentas pedagógicas e materiais didáticos para cada encontro.

O movimento Potigatapuia é formado por quatro etnias indígenas sendo essas: Potiguará, Tubiba-Tapuia, Gavião e Tabajara que estão presentes em 28 aldeias e contabilizam 949 famílias. A terra é vista como um ser vivo, com a qual os (as) indígenas mantêm uma relação de respeito e reciprocidade. Não se trata apenas de um espaço para cultivo ou moradia, mas de um território que abriga os (as) ancestrais. É fonte de conhecimento e sabedoria, e garante a continuidade das tradições e dos modos de vida. A biodiversidade da natureza nessas terras são fundamentais para a sobrevivência física, cultural e espiritual dos povos indígenas. Nesse cenário o CSQ representa uma ameaça a esses seres vivos e não vivos.

O projeto de extensão inicia em março de 2024, com a proposta de auxiliar o movimento Potigatapuia na construção do seu protocolo de consulta que já estava em curso desde o ano anterior com o apoio da Articulação Antinuclear do Ceará, da Fundação Rosa Luxemburgo e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas. As aldeias se organizaram em cinco grupos, quais sejam: Grupo 1: Quixaba; Lagoa dos Vinutos; Massapê; Volta do Rio e Trizidela; Grupo 2: Queimadas; Kamiranga; Pelada; Merejo; Boa Vista e Salgado; Grupo 3: Mundo Novo; Passarinho; Chupador; Grotta Verde; Tourão; Mosquito e Jacinto; Grupo 4: Espírito Santo; Várzea; Longar; Passagem e Pau Ferro; Grupo 5: Gameleira; Arara dos Marianos; Pitombeira e Pitombeira dos Beneditos.

Nossa primeira ida para a Terra Indígena Serra das Matas foi em 23 e 24 de março de 2024, para a quinta oficina, cujo tema era “Como queremos ser consultados”, onde nos dividimos nas aldeias, Grotta Verde, Queimadas e Trizidela e cada oficina durou cerca de 3 horas. Houve diálogos, estudos e reflexões sobre o que é o protocolo, que se caracteriza em uma ferramenta jurídica, que garante a defesa dos territórios indígenas e assegura o direito à consulta livre, prévia e informada. Como é de costume de sempre acontecer um momento espiritual antes das oficinas, neste o maracá, símbolo espiritual indígena, foi utilizado para a reflexão do que ele significa. Uma das lideranças indígenas citou que é um som que chama para a luta, e a partir dessa reflexão, houve a participação de mulheres, homens e crianças, das mais diversas faixas etárias, onde foi lembrado a resistências dos ancestrais pela defesa da terra. Uma fala que nos marcou veio do pajé da aldeia, que declarou “Onde a minha espiritualidade não é aceita eu também não sou”.

A educação popular, inspirada pelos princípios de Paulo Freire, foi a base para todas as oficinas, refletindo um compromisso com a participação ativa, o respeito à diversidade de expressões e a valorização do conhecimento de cada indivíduo de acordo com FREIRE (2011): “A prática educativa deve ser entendida como um ato de comunicação, no qual a educação se torna uma prática de libertação, onde os educandos são coautores do conhecimento.”.

Nessa abordagem, todos (as) os (as) indígenas presentes foram convidados (as) a participar e a compartilhar suas considerações, seja por meio do discurso oral ou escrevendo em cartazes, criando um ambiente de diálogo aberto e inclusivo. Esse tipo de prática não só promove a participação ativa e a conscientização crítica, mas também fortalece a identidade cultural e o sentido de pertencimento dos povos indígenas, garantindo que suas tradições e visões de mundo sejam respeitadas e cultivadas.

Após as criações de cartazes lemos e ponderamos em voz alta para garantir que todos os presentes estavam de acordo, e por fim arquivamos o que foi construído na oficina, em um dos museus do movimento Potigatapuia que fica na aldeia Mundo Novo. Esses cartazes, desenhos, poemas, pinturas, e cantigas criados pelos (as) indígenas em todas as oficinas foram arquivados no museu e digitalizados para uma pasta no Google Drive, de maneira a ficar disponível para consulta de todos (as) membros do movimento. Todo esse processo de organização, mobilização e registro foi realizado principalmente por jovens indígenas.

Com essa oficina aprendemos sobre a importância do diálogo e da construção coletiva de conhecimento. Os (As) indígenas estiveram na construção, em todas as aldeias que tiveram a oficina 5 neste primeiro dia em que participamos, teceram um documento final muito parecido, com quase as mesmas reivindicações de como querem ser consultados. Saberes ancestrais quando agregados a saberes acadêmicos tem poderes de romper padrões que tendem a querer homogeneizar a sociedade brasileira.

A Oficina Ocorrida em 22/05/2024, se deu na Aldeia Pitombeira, que geograficamente constitui a Terra Indígena Serra das matas reconhecida pelas etnias que historicamente reproduzem sua vida no território, mas não está demarcada como terra indígena, o encontro destacou a falta de demarcação territorial e os impactos disso na vida da comunidade e nos solos da região, um dos momentos mais marcantes da oficina foi a intervenção de uma Agente Indigenista de Saúde, que utilizou a arte como forma de expressão e resistência. Ela criou uma paródia e um poema que abordavam a luta da comunidade contra a mineração e a importância da terra para a sobrevivência e a identidade indígena.

Essas obras serviram não apenas como uma forma de denúncia, mas também como uma ferramenta de mobilização. A sua afirmação de que "informação é arma e agora o movimento está armado" ressoou profundamente em nós. As oficinas foram espaços de empoderamento, onde o conhecimento compartilhado se tornou um instrumento de resistência. Essa declaração sublinha a importância da conscientização política e da educação mútua, como meios de fortalecimento da comunidade na defesa de seus direitos territoriais.

Ademais, aconteceu uma roda de conversa com Kworacikorá na Escola Indígena Povo Caceteiro na Aldeia Mundo Novo, onde se confirmou para nós a profundidade da espiritualidade que permeia o movimento Potigatapuia. A necessidade de consultar seus (as) encantados (as) sobre como desejam ser consultados, ressalta o respeito e o cuidado que a comunidade tem com seus saberes ancestrais e sua cosmovisão. O pajé, em suas falas, destacou a importância da

ancestralidade, afirmando que "ancestralidade é o que nos dá força e sustenta o movimento." Esse momento de conexão com os astros e encantados foi também uma oportunidade para o movimento pedir proteção para seus parceiros, reforçando a interdependência entre o mundo espiritual e a luta por direitos.

O pajé afirmou que, em contato com seus encantados, diz coisas que "[...] são falas vindas da alma e não precisam de livro. (sic)" Essa perspectiva sublinha a importância de respeitar e integrar os saberes indígenas nas ações de defesa territorial, reconhecendo que tais saberes não podem ser simplesmente transcritos, mas vivenciados e compreendidos em sua plenitude espiritual. Assim, a roda de conversa não foi apenas um espaço de debate, mas um ritual de fortalecimento, onde o movimento reafirmou sua resistência através da conexão com suas raízes mais profundas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, esse relato busca ressaltar a importância crucial da extensão universitária como uma ponte entre a o espaço de produção de conhecimentos acadêmicos sintonizado com as demandas da sociedade. Em se tratando do nosso projeto, evidenciamos o contexto da defesa dos direitos dos povos indígenas pela demarcação de sua terra e contra do Consórcio Santa Quitéria. Este projeto de extensão não apenas vem construindo estudos e elaborações teóricas no âmbito da universidade, mas vem também fortalecendo as estratégias de luta e resistência de povos e comunidades tradicionais, a exemplo da Terra Indígena Serra das Matas. A articulação entre teoria e prática revelou-se indispensável para compreender e enfrentar as complexas ameaças que esses povos enfrentam, particularmente a iminente mineração de urânio e fosfato que coloca em risco suas vidas, culturas e territórios.

O processo de construção do protocolo de consulta, guiado pelos princípios do modo de vida indígena, com sua cosmovisão, bem como da educação popular, demonstrou o poder do conhecimento compartilhado e a importância da valorização e reconhecimento aos saberes tradicionais. A metodologia adotada, permitiu que as vozes indígenas fossem plenamente ouvidas, respeitadas e ecoadas, nos ensinando e promovendo uma verdadeira construção coletiva. Além disso, o diálogo profundo com a espiritualidade indígena reforçou a conexão entre a luta pela terra



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

e a preservação dos saberes ancestrais. As falas do pajé e os momentos de comunhão com os encantados sublinharam que a resistência indígena não é apenas uma questão política ou jurídica, mas também espiritual, enraizada em uma visão de mundo que valoriza a terra, os ancestrais e o equilíbrio com a natureza.

Portanto, este relato deixa registrado que a defesa dos territórios indígenas a partir da mobilização coletiva buscando justiça ambiental, pode e deve ser também um espaço de dedicação da universidade, respeitando as necessidades demandadas dos territórios. A luta contra a mineração e o racismo ambiental no sertão cearense é uma luta pela vida, pela dignidade e pela continuidade da vida de diversos povos. A extensão universitária desempenha um papel fundamental nesse processo, ao apoiar e amplificar as vozes que mais precisam ser ouvidas.

## REFERÊNCIAS

Brasil de Fato. "**Acidentes, câncer e contaminação radioativa: o custo da energia nuclear no Brasil.**" **Brasil de Fato, 6 de dezembro de 2021.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/06/acidentes-cancer-e-contaminacao-radioativa-o-custo-da-energia-nuclear-no-brasil>.

Acesso em: 20 jul. 2024.

CALIPO, R. *Extensão Universitária: a experiência da Universidade Estadual de Goiás.* Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, 2009. p. 4.

**Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Relatório da Missão Santa Quitéria - CE.** 10 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-santa-quiteria-ce1>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA (CSQ). **Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) do Projeto Santa Quitéria.** Novembro de 2021. Disponível em: <https://consorciosantaquiteria.com.br/eia-rima/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**Convenção nº 169 da OIT. Povos Indígenas e Tribais.** nº 143, de 20 de junho de 2002. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. [S. l.], 5 nov. 2009. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<https://portal.antt.gov.br/conven%C3%A7ao-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Freire, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2005.

**Painel Acadêmico sobre os Riscos da Mineração de Urânio e Fosfato. Análise das Omissões e das Insuficiências do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) referentes ao Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato.** Fortaleza, 5 jun. 2022. Disponível em:

<https://www.renatoroseno.com.br/files/5/8/3/5830124-Parecer-T%C3%A9cnico.-Painel-Acad%C3%AAmico-2022.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.]

RIBEIRO, Livia Alves Dias. **Riscos e injustiça hídrica no semiárido: contribuição à avaliação de equidade ambiental do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará.** Fortaleza, 2016. Tese de Doutorado em Recursos Naturais, Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/21828>. Acesso em: 20 ago. 2024.